

ANDES-SN: 30 anos em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada

Em meio à ditadura militar, nascia uma organização de luta por universidade pública e autônoma em julho de 1978. Ao final de uma década marcada por fortes ondas de repressão nas universidades – palcos constantes de demissões, cassações brancas, censura ideológica nas bibliotecas e aposentadorias compulsórias

– 17 associações de professores decidem se mobilizar e reúnem-se pela primeira vez (em consonância com outros movimentos de resistência contra o regime militar), em torno da defesa da anistia ampla, geral e irrestrita, e em favor de uma profunda reforma universitária no país.

Em janeiro do ano seguinte, o movimento ganhava força e culminava no primeiro Encontro Nacional de Associações Docentes (Enad), com a presença de 34 associações e três comissões pró-AD (Associação Docente), na Universidade de São Paulo. Entre os principais pontos contidos no documento final da atividade, estava a proposta de criação de uma organização nacional dos professores, além de temas que seguem atuais na luta docente: defesa do ensino público e gratuito, autonomia

sindical, democratização da universidade e melhorias salariais e de condições de trabalho, entre outros.

Durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ainda em 1979, em São Paulo, um novo Encontro deliberou a criação de uma Coordenação Nacional. Um Enad extraordinário em Salvador em realizado setembro daquele ano, encaminhou importantes campanhas salariais em nível nacional, tanto para o setor público como para o setor privado. Depois do Enad de Salvador, houve ainda dois outros Encontros: um em João Pessoa e outro no Rio de Janeiro.

Neste último, foi aprovada a convocação do Congresso Nacional de Docentes Universitários (que aconteceria em 1981, com delegados eleitos nas Assembléias de cada AD).

Conseqüência direta das mobilizações do período, docentes das Instituições de Ensino Superior Federais Autárquicas (Ifes)



Boletim de Criação do ANDES-SN, em 1981

promoveram, no final de 1980, a primeira greve nacional, reivindicando, entre outros pontos, reajuste salarial, plano de carreira e mais verbas para a educação.

Estavam criadas, assim, as bases para a consolidação do que se tornaria, num futuro muito próximo, a ANDES – Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, mais tarde transformada em Sindicato Nacional.

Foi durante o Congresso Nacional de Professores Universitários, realizado em fevereiro de 1981, em Campinas, que nasceu oficialmente a Associação Nacional dos Docentes do Ensino

Superior (ANDES). Cerca de 300 delegados, representantes de mais de 70 ADs de todo o país, testemunharam a criação da entidade – comprometida com o movimento docente, com a qualidade do ensino nas universidades públicas, com a conjuntura política nacional e a defesa intransigente da classe trabalhadora.

Em novembro daquele ano, uma greve nacional dos docentes contou com o apoio de vários segmentos da sociedade. No mesmo período, acontecia a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), em São Paulo, embrião da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se constituiria em 1983.

Entre os dias 1º e 5 de fevereiro de 1982, foi realizado o I Congresso Nacional da ANDES, em Florianópolis (SC), com 270 delegados. A atividade foi marcada pela aprovação do estatuto definitivo, em vigor até hoje e com pouquíssimas alterações, com os objetivos precípuos de “congregar e representar os docentes das instituições de ensino superior (IES) de todo o país; expressar as reivindicações e lutas dos professores das instituições de ensino superior nos planos educacional, econômico, social, cultural e político e coordenar e unificar o movimento dos docentes do ensino superior nas iniciativas de alcance nacional, preservando os interesses regionais e setoriais, entre outros”.

Houve também o estabelecimento formal do programa de lutas e a eleição da primeira diretoria, presidida pelo professor Osvaldo de Oliveira Maciel. “Uma das decisões mais importantes para o movimento é, sem dúvida, havermos deliberado no I Congresso, que 1982 seria o ANO DA DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO. Torna-se necessário, no entanto, transformarmos isto em realidade”, apontava o relatório final do Congresso.

Mesmo com as diferenças que evidenciam o caráter plural da composição do ANDES-SN desde sua origem, a conformação de chapas únicas na entidade foi possível até 1986 – ano em que a conjuntura política cristalizava divergências e passava a exigir posicionamento claro em relação aos cenários que se avizinhavam: exigir eleições diretas ou aceitar a proposta conciliadora de legitimar a sucessão via colégio eleitoral.

Formaram-se então duas chapas, com concepções sindicais divergentes: a ANDES-AD, encabeçada pelo professor Newton Lima Neto, e a ANDES, Hoje – Em Defesa da Universidade, liderada por Paulo Rosas.

Vitorioso, o primeiro grupo passa a conduzir a luta pelas Diretas Já e, posteriormente, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Os docentes se engajaram ao lado da OAB, CNBB, e de dezenas de outras entidades que converteram a ANC no principal pólo de articulação política entre o plano partidário e as organizações da sociedade civil para promover a redemocratização do país. A partir dos primeiros meses do ano formaram –

se, em nível regional e estadual, e posteriormente nacional, os comitês Pró – Constituinte.

Contudo, com a tentativa do governo em obstruir sua organização autônoma, os docentes decidiram, ao final do 5º Congresso da ANDES, realizado em Salvador em janeiro daquele ano, “denunciar forte e sistematicamente o caráter da Constituinte que vamos ter; atrelada e comprometida com a consolidação do poder estabelecido e, portanto, comprometida com o travamento das mudanças pelas quais nosso movimento vem lutando” e “reafirmar sua posição de apoio a uma Constituinte, livre, soberana e executiva, precedida da remoção do entulho autoritário”.

Entre as principais deliberações do Congresso, estavam a elaboração de uma plataforma educacional articulada com a plataforma mais geral dos trabalhadores para a Constituinte, a luta pela eleição direta para presidente e o incentivo à organização de Comitês Constituintes, como por exemplo, o comitê de Educadores Pró – Constituintes popular.

GERES

Em 1986, o MEC (na figura do então ministro da educação Marco Maciel) cria o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior – GERES, que enfatiza a necessidade de avaliação das Instituições de Educação Superior com vistas à obtenção de resultados. Nasce

aí o concepção de segmentação das IFES entre o que passou a ser classificado de “colegiões de terceiro grau e centros de excelência” e o germe das políticas de avaliações ranqueadoras da década de 90.

A ANDES-SN apresenta, como contraponto a esta iniciativa do governo, a “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”, contida nos Cadernos ANDES nº 2, em que a avaliação é entendida como instrumento de aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão, livre do caráter punitivo e da competição desagregadora.

Durante toda a década de noventa o ANDES-SN foi conseqüente na luta contra todas as ofensivas neoliberais dos governos e contra as reformas da previdência de FHC e Lula, resistindo todas as tentativas de cooptação por parte do Estado mantendo uma política autônoma e democrática.

A luta contra as ofensivas neoliberais também inclui a participação no movimento pró-impachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, e na realização de uma greve geral em 1998, contra a posição do governo Fernando Henrique de não discutir a pauta do movimento docente apresentada em dezembro 1996 e outras propostas posteriores, que inclui uma greve de fome contra a suspensão do pagamento de salários e contra um projeto de bolsas que estimularia

o ensino em detrimento da pesquisa e extensão.

A ANDES-SN preocupou-se sempre em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores.

Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que, pela sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores. Atualmente, o ANDES-SN conta com 11 grupos de trabalho que subsidiam a diretoria na discussão desses temas.

Suas propostas para a universidade brasileira foram construídas a partir dos problemas históricos vivenciados pela maioria dos trabalhadores e enfrentados por inúmeros movimentos sociais que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação e saúde. Assim, o movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros. Essa posição é coerente com a filiação à Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), deliberada pelo 26º CONGRESSO do ANDES-SN (Campina Grande-PB. Março de 2007).

Representatividade

O ANDES-SN hoje conta com mais de 72 mil sindicalizados de instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e particulares. Está representado em todo o Território Nacional pelas suas 110 seções sindicais.

Nossos compromissos

- Lutar pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas de ensino superior.
- Lutar pela universalização do acesso à educação superior pública e gratuita, com garantia de permanência.
- Lutar pelo espaço público para produção de conhecimento.
- Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina.
- Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão.
- Lutar contra as reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, especialmente a reforma universitária privatizante.
- Combater todas as formas de mercantilização da educação.

O que queremos

- Manutenção e ampliação do ensino público gratuito e de qualidade socialmente

referenciada.

- Autonomia e funcionamento democrático das universidades públicas e de direito privado, com base em colegiados e cargos de direção eletivos.
- Estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas universidades.
- Carreira única para os docentes das instituições de ensino superior.
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas.
- Criação de condições de adequação da universidade à realidade brasileira.
- Garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade e no exercício das funções e atividades acadêmicas.
- Garantia do direito à liberdade de organização sindical em todas as instituições de ensino superior.

Nossas realizações

Nos últimos 30 anos, o ANDES-SN vem atuando não somente na defesa permanente da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente. Tivemos participação ativa nas lutas pela redemocratização do país no início da década de 80: Diretas Já, anistia aos

presos e exilados políticos e pela Constituinte 1986/88.

Participamos, com outras entidades, da criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que desenvolveu proposições para a Constituinte de 1986-88, apresentou propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, posteriormente, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE).

Um sindicato classista democrático e autônomo.

O ANDES-SN rompeu com a estrutura sindical autoritária implantada no Brasil na década de 30 e se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho. É uma entidade autônoma em relação a partidos políticos. Sua estrutura é formada pela Diretoria, diretorias regionais e seções sindicais.

As seções sindicais possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria.

Todas as decisões são deliberadas pela base, que elege democraticamente todos os dirigentes.

O sindicato é mantido pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem taxa sindical compulsória.

30º Congresso do ANDES-SN

As revoltas operárias e populares em Oriente Médio que acabaram com a ditadura de Bem Ali na Tunísia que governava desde 1987 e teve que fugir do país assim como a situação revolucionária no Egito que exige a saída de Mubarak são expressão da crise capitalista mundial e das dificuldades do imperialismo norte-americano para manter sua hegemonia na região depois do fracasso no Iraque.

Neste contexto mundial, ao qual o Brasil não é alheio, e frente a um novo governo que promete ajuste fiscal e uma nova reforma da previdência para manter o superávit fiscal, o desafio apresentado para nosso próximo congresso é atualizar os instrumentos da luta para 2011, tendo como foco a defesa do ANDES-SN, a partir da intensificação do trabalho na base e do fortalecimento e da ampliação da unidade com o movimento classista e autônomo. Esta é a proposta de centralidade da luta que a diretoria do Sindicato Nacional vai defender no 30º Congresso, que será realizado de 14 a 20/2, em Uberlândia.

“Nesse momento em que o nosso Sindicato continua a ser atacado na sua unidade, visando ao fracionamento da categoria docente, é oportuno que reforcemos as nossas relações com a base da categoria e que ampliemos nossa articulação com o movimento social, para nos defendermos e avançarmos para um projeto maior de sociedade”, afirma a Diretoria na apresentação do Caderno de Textos do evento.

A expectativa da diretoria do ANDES-SN é que a presença dos docentes das instituições de ensino superior federal seja superior a que vem sendo registrada nos congressos anteriores, em função da pauta proposta para o debate a partir da centralidade da luta e também das comemorações dos 30 anos da entidade.

“Ao que tudo indica, teremos presença massiva, o que irá colaborar muito para o plano de ação para 2011. Além disso, será um momento muito especial para revermos o quanto o nosso sindicato tem contribuído para a luta em prol de uma educação pública e gratuita. As nossas realizações passam sempre pelas relações dos trabalhadores em uma perspectiva social classista, democrática e libertadora”, acrescenta a presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto.

Função e metodologia

A principal função do Congresso é definir posicionamentos políticos estratégicos e atualizar o Plano de Lutas anual do Sindicato. Esse trabalho é subsidiado por cadernos de textos que disponibilizam, previamente, as propostas em debate, organizados de forma a assegurar que os posicionamentos políticos e o plano de lutas possam ser tratados de modo complementar, e não sobreposto.

A estrutura de funcionamento do evento baseia-se na operacionalidade de três espaços de trabalho: os grupos mistos, as preparações das plenárias e as realizações das plenárias. Os grupos mistos têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em

qual o plenário definirá o grau de importância e urgência das tarefas que serão desenvolvidas ao longo do período pelas diferentes instâncias do Movimento Docente. Por isso, é importante que a centralidade da luta não perca sua característica original, como ocorreu



pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias.

A preparação das plenárias, operacionalizada pelos coordenadores das mesas e relatores dos grupos, consolida as posições amadurecidas nos grupos. A realização das plenárias, por fim, é o espaço de debate por excelência. São as plenárias que abrem espaço ao contraditório, aos grandes debates, e que permitem a deliberação democrática das propostas, com base no voto da maioria dos delegados.

Foco central

Conforme a metodologia adotada nos congressos do ANDES-SN nos últimos anos, após a plenária sobre Movimento Docente e Centralidade da luta, o primeiro tema pautado para debate dos grupos mistos será a centralidade da luta para o período.

“A centralidade da luta é o foco a partir do

em alguns congressos anteriores”, defende o 1º vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch. Realizada a avaliação da conjuntura e aprovada a centralidade da luta, os participantes discutirão os temas políticas sociais, questões organizativas e financeiras e, por fim, os planos de luta geral e de cada setor, que serão construídos na forma de uma agenda de ações concretas, efetivamente conectada com a centralidade da luta e com os posicionamentos aprovados em relação às políticas sociais.

Todas as posições, bandeiras e orientações para a ação, aprovadas em eventos anteriores do ANDES-SN, mantêm-se em pleno vigor, desde que não tenham sido expressamente revogadas ou superadas por novas deliberações a respeito, tornando, portanto, desnecessário reafirmá-las a cada evento.

Nos, de ADUFCG no ANDES-SN, nesta data tão especial, renovamos nosso compromisso classista e de luta pela defesa de uma educação pública, gratuita de qualidade e socialmente referenciada.

ADUFCG participa com delegação completa

A ADUFCG participará do 30º Congresso do ANDES-SN com sete delegados. Diante da importância da realização do 30º Congresso do ANDES-SN, a Diretoria da entidade decidiu garantir o maior número possível de participantes de sua base no encontro.

Uma assembleia permanente da ADUFCG escolheu no dia 16/12, no Auditório da entidade, parte dos delegados que representarão a seção sindical no 30º Congresso do ANDES-SN. A escolha aconteceu por meio de apresentação de candidaturas e eleição entre os participantes da assembleia.

Foram escolhidos como delegados de base os professores do Campus de Campina Grande: Lucianna Gama, Luciano Mendonça, Amauri Fragoso e Marcelo Grilo. O professor Gonzalo Rojas foi indicado como representante da diretoria da ADUFCG.

Os docentes do Campus de Pombal indicaram como delegado o professor Roberto Miranda. De Cuité inicialmente foi indicado um delegado, mas ele desistiu sendo a vaga preenchida por um dos suplentes escolhidos na assembleia, o professor Luiz Gonzaga de Souza.

Pró-reitor garante que diário eletrônico não servirá para perseguir docentes

O pró-reitor de ensino da UFCG, Vicemário Simões, garantiu que o diário de classe eletrônico não será utilizado como instrumento de controle e perseguição aos docentes. A garantia foi repassada à Diretoria da ADUFCG, que o procurou, no dia 08/02, em busca de informações e para apresentar questionamentos sobre o funcionamento deste novo recurso.

O temor de vários docentes e da Diretoria da ADUFCG é que o diário eletrônico, via internet, seja utilizado de forma semelhante ao que ocorre na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde os docentes são obrigados a alimentar o sistema com informações diárias. Caso isso não ocorra e eles, por exemplo, faltem alguma aula, mesmo de forma justificada são questionados pelo programa quanto a reposição da aula e ainda advertidos das penalidades eventuais que poderão sofrer.

O pró-reitor recebeu o presidente da ADUFCG, Amauri Fragoso, o diretor social, Antonio Berto e o suplente de diretoria, Luciano Mendonça em seu gabinete e explicou que o diário começará a ser utilizado a partir da próxima segunda-feira (14/02).

Ele garantiu que desconhece o sistema em funcionamento na UFRN e que o da UFCG não obriga o docente a colocar informações diárias, podendo os mesmos optarem ou não pela alimentação do sistema diariamente, sendo obrigados apenas a preenchê-los no final de cada semestre, dentro dos prazos normais.



Diretores da ADUFCG questionaram pró-reitor sobre riscos de perseguições a docentes.

Vicemário garantiu que o diário via internet não será utilizado para perseguir docentes e que apenas “ele e mais outros três servidores da Pró-Reitoria de ensino possuem a senha para o banco de dados. Nem o reitor possui”. Ele disse que o aluno terá acesso apenas a sua situação e que a implantação do sistema é irreversível.

A diretoria da ADUFCG mostrou sua insatisfação diante do fato de uma mudança tão significativa no cotidiano dos docentes e alunos não ter sido levada para a discussão,

pelo menos na Câmara de Ensino, quando o ideal seria levar o tema para o debate com toda comunidade universitária.

A implantação do diário web seguirá a portaria da Pró-Reitoria de Ensino 07/2010, de 20 de dezembro de 2010. O pró-reitor informou à Diretoria da ADUFCG que a os centros e as unidades acadêmicas receberam treinamento sobre o instrumento, mas que Pró-Reitoria de Ensino publicará, nos próximos dias, uma nota de esclarecimento sobre o assunto para a comunidade universitária.

Salário de deputado ou senador equivale a 152 docentes de universidades federais

O custo mensal de um parlamentar federal (deputado ou senador) aos cofres públicos equivale ao pagamento do salário de 152 docentes de universidades federais em regime T-20. O custo total de um parlamentar a sociedade é de aproximadamente R\$ 250 mil mensais, enquanto um professor auxiliar I T-20 com especialização, no início de carreira custa apenas R\$ 1.645,96.

O abismo salarial entre os docentes e os deputados, senadores ficou maior no final de 2010, quando o Congresso aprovou um reajuste de 61,8% a 133,9% e o salário dos parlamentares subiu para R\$ 26.700, teto do serviço público Federal. Mas a este valor os parlamentares também incorporam uma série de recursos que ao final de cada mês chegam, em média, a R\$ 250 mil Também passaram a receber o teto o presidente da república, seu vice e os ministros.

DEPUTADO OU SENADOR	AUXILIAR I, T-20
Salário: R\$ 26.700,00; Ajuda Custo: R\$ 35.053,00; Auxílio Moradia: R\$ 3.000,00; Auxílio Gabinete: R\$ 60.000,00; Despesa Médica a pessoal e familiar: ILIMITADA E INTERNACIONAL (livre escolha de médicos e clínicas); Telefone Celular: R\$ ILIMITADO; Ainda como bônus anual: R\$ (+ 2 salários) 53.400,00; Passagens e estadia: primeira classe ou executiva sempre; Reuniões no exterior: dois congressos ou equivalente todo ano. Custo médio mensal: R\$ 250.000,00.	Vencimento: R\$ 557,51; GEMAS: R\$ 978,95. Custo mensal: R\$ 1536,46

ADUFCG
Rua Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó - Campina Grande/PB
Tel.: (83) 3333 1032
Na internet: www.adufcg.org.br
Diretor Presidente: Amauri Fragoso de Medeiros (UAF)
Diretor Secretário: Gonzalo Adrián Rojas (UAICS)
Diretor Tesoureiro: Manoel Cordeiro de Barros - (CCT - aposentado)
Diretor Social: Antônio Berto Machado (CH/UAE)

Gestão 2009-2011
ADUFCG - AUTÔNOMA E
DEMOCRÁTICA.

Diretor Cultural: Lauro Pires Xavier Neto (UAE - Cuitê)
Diretor para assuntos dos aposentados: Luciana da Gama Fernandes Vieira (CCT/UAEMA)
1º Suplente: Luciano Mendonça de Lima (CH/UAHG).
2º Suplente: Jânio Luduivic Alves de Medeiros (CH/UAE)

EXPEDIENTE

Jornalista Responsável
Fred Oliveira - Mtb 965/PB
Projeto Gráfico:
Audenir F. Santos
(83) 9307.4287